

**CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – CTAS  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 51ª REUNIÃO**

Data: 08 a 10 de novembro de 2006.

Local: Sala Sebrae 3, Centro Integrado dos empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná – CIETEP – Av. Comendador Franco, 1341 – Curitiba/PR.

Início: 8h Término: 13h

**MEMBROS PARTICIPANTES:**

- **Ministério da Ciência e Tecnologia:** Sanderson Alberto Medeiros Leitão – samleitao@mct.gov.br
- **Ministério do Meio Ambiente/SRH:** Fabrício Bueno da Fonseca Cardoso – fabricao.cardoso@mma.gov.br
- **Ministério do Meio Ambiente/ANA:** Fernando Roberto de Oliveira – fernando@ana.gov.br
- **Ministério da Saúde:** ausente
- **Ministério de Minas e Energia:** Helder Naves Torres – helder.torres@mme.gov.br
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES:** Maricene Mattos Paixão – outorga.subt@igam.mg.gov.br
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – GO/DF:** ausente
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PE/PB:** Adson Brito Monteiro – adsbritto@yahoo.com.br
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL:** Carlos Alberto Martins – cmartins@rn.gov.br
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PR/MT:** Nédio Carlos Pinheiro – colrh@sema.mt.gov.br
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ:** Elcio Linhares Silveira – elciols@uol.com.br
- **Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:** Kátia Cristina Nakandakare – katiacn@sanepar.com.br
- **Indústrias:** Maria de Lourdes Pereira dos Santos – maria.lourdes.santos@cverd.com.br
- **Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo:** ausente
- **Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** Osmar José Gualdi - comitepardo@srh.sp.gov.br
- **Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** João Carlos Simanke de Souza – jsimanke@terra.com.br
- **Organizações Não Governamentais:** João Clímaco Filho – climaco@uai.com.br  
fonasc-cbh@fonasc-cbh.org.br

**CONVIDADOS:**

- Aderson Marques Martins (DNPM/RJ) – admarques@dnpm.rj.gov.br
- Anderson William Furdiani (SABESP) – afurdian@sabesp.com.br
- André Luiz Mussel Monsores (PETROBRÁS) andremonsors@petrobras.com.br
- Clarissa Presotti (Elabore) – clarissa@elabore.com.br
- Délio Melo (COPASA/MG) – delio.melo@copasa.com.br
- Edson Simalubim (Consultor) – e-akira@terra.com.br
- Elene Zavoudakis (IEMA/ES) – ezavoudakis@iema.es.gov.br
- Everton da Costa Souza (SUDERHSA) – veto@suderhsa.pr.gov.br
- Franklin Kuperman (FIESP) – fkuperman@yahoo.com.br
- Frederico Cláudio Peixinho (CPRM) – peixinho@rj.cprm.gov.br
- José Cupertino Tenorio Netto (MME) – jc-tenorio@uol.com.br

- Larissa Utiyama (DNPM/PR) – dnpm-pr@dnpm.gov.br
- Lucio Carramillo Caetano (DNPM/RJ) – carramillo@gmail.com
- Luiz Eraldo de Mattos (DNPM/PR) – dnpm-pr@dnpm.gov.br
- Mário Wrege (ABAS/RS) - wrege.m@terra.com.br
- Suely Murtinho (UCSant) – suelyspm@uol.com.br
- Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues (SRH – BA) - zoltan@srh.ba.gov.br

#### RELATORA INTERINA:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (SRH/MMA) – raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

#### ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09h10 do dia 08 de novembro de 2006, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**, Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, deu início à 51ª reunião da referida câmara técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** saudou a todos, comentou ser esta a última reunião do ano desta CT e ratificou a importância da participação no XIV Congresso da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas. Fez um breve relato quanto às regras de participação na CTAS, ressaltando o direito a voz que todos teriam inclusive os convidados. Antes de iniciar as discussões solicitou uma auto-apresentação, e em seguida passou para o *Item 2 – Aprovação da Ata da 50ª Reunião da CTAS*. Colocada em discussão, a ata foi aprovada sem modificações. O Presidente da CTAS, em seguida, passou ao *Item 3 – Breve relato sobre o andamento dos trabalhos do GT Águas Minerais – CTAS/CTPOAR*. O **Sr. Helder Naves Torres (MME)**, conselheiro suplente do CNRH e membro da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR iniciou seu relato falando sobre o extenso período de discussão desse assunto. Afirmou que a intenção da norma não se limitaria a uma troca de dados, mas a integração para uma melhor gestão, o que seria ponto pacífico entre o DNPM/MME e os órgãos de recursos hídricos. Comentou sobre as discussões referente a outorga de responsabilidade do DNPM, conforme o Decreto de 1945, a saber que os órgão de recursos hídricos questionaram a outorga para o uso desse recurso mineral e que diante da dúvida de caráter jurídico o assunto foi encaminhado a CTIL que solicitou parecer dos Ministérios envolvidos. Recebidos esses pareceres, prevaleceu o parecer do MMA, que apontava a necessidade de outorga do órgão de recursos hídricos. Ressalvou que o parecer do MME propunha estudo aprofundado da matéria, com análise da AGU, o que assim foi feito. Lembrou que no intervalo de espera dos pareceres as duas CTs envolvidas continuaram aprimorar a redação da proposta de resolução. Assim o grupo evolui concluindo os artigos onde revelavam a integração, aguardando a manifestação da AGU. Recebido o parecer da AGU, que somente esclareceu a competência para a outorga, com base sempre no Decreto de 1945, os trabalhos continuaram, principalmente pela manifestação do DNPM/MME que enfatizou seu desejo de integração, a partir da proposta de resolução. Disse atualmente as discussões no grupo estariam concentradas na definição da necessidade de autorização de perfuração de poço pelo órgão gestor de recursos hídricos, mas que isso seria pequenos acertos, e comentou sobre os pontos já concluídos como o de comunicação entre os órgãos na fase do pedido de pesquisa de lavra, com a manifestação do órgão gestor de recursos hídricos e na fase final do relatório de pesquisa ou na aprovação do plano de aproveitamento econômico, com o envio mínimo de três dados básicos: a área de pesquisa, com sua área de proteção de fonte, a locação do poço e vazão pretendida. Acenou que a integração também traria consigo fiscalizações conjuntas. Finalizando ressaltou o caráter salutar das discussões. A **Sra. Raquel Scalia (SRH/MMA)** informou que a última reunião desse grupo aconteceu no dia 17 de outubro, a próxima reunião estaria agendada para o dia 23 de novembro e a intenção desse grupo seria de concluir a análise da proposta de resolução em sua próxima reunião. O **Sr. Helder Naves Torres (MME)**, complementou informando que o GT havia decidido pela manutenção de dois textos para os artigos polêmicos, para que a decisão acontecesse nas CTs e ainda ressaltou que as dúvidas seriam mais jurídicas do que técnicas. **Sr. João Carlos Simanke de Souza**

105 **(OTEP)**, apresentou sua opinião mantida a soberania do DNPM, que a perfuração do poço não  
106 seria considerada um item de perfuração para água, sendo específico para a pesquisa mineral e  
107 que do pedido de pesquisa fosse observado o elemento água, cabendo uma autorização de  
108 perfuração ou licença de perfuração. O **Sr. Lúcio Caetano (DNPM/RJ)** questionou qual seria o  
109 momento de definição de que aquela água seria mineral, afinal na fase de alvará de pesquisa o  
110 empreendedor ainda não possuiria conhecimento do bem mineral, somente passando legalmente  
111 a ser água mineral no momento da aprovação do relatório. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)**  
112 ponderou sobre a situação do DNPM em outorgar lavras de água mineral em áreas próximas de  
113 grandes povoados e sugeriu que o DNPM restringisse a localização em áreas urbanas. O **Sr.**  
114 **Helder Naves Torres (MME)** ponderou sobre a restrição de áreas considerando a profundidade  
115 do poço, o que não traria alteração para a qualidade da água. O **Sr. Elcio Silveira (CERH/SP)**  
116 demonstrou sua preocupação quanto a qualidade da água mineral, ressaltando as competências  
117 de cada órgão e a possibilidade de procedimentos integrados. Comentou sobre a necessidade da  
118 publicação da Portaria nº 231 que trata das pesquisas de lavras em áreas urbanas para disciplinar  
119 as autorizações de pesquisa de lavra nessas áreas, situação em que não deveria ser autorizada a  
120 pesquisa de lavra devido as características de uso e ocupação do solo, as contaminações  
121 verticais, e o horizonte temporal desta contaminação. Disse que as áreas de proteção de poços  
122 dentro dos centros urbanos eram virtuais. Enfatizou a possibilidade de trabalhos conjuntos entre  
123 os órgãos envolvidos, sempre respeitando as competências. Informou que junto a procuradoria já  
124 foi colocado que durante a pesquisa não se caracteriza água mineral, somente quando do  
125 relatório de pesquisa aprovado e por isso não identificava a impossibilidade de se emitir uma  
126 licença de perfuração, a saber que muitos empreendedores furam seus poços muito antes de dar  
127 ciência ao DNPM, e sendo exigida a licença poderia-se paralisar a obra. O **Sr. Adson Monteiro**  
128 **(CERH/PE)** disse que os relatórios que se tornaram cartoriais havendo conflitos de área e  
129 atividades e não sendo fiscalizados, revelando a ausência de integração. Complementando o  
130 assunto o **Sr. Lúcio Caetano (DNPM/RJ)** comentou sobre a indisponibilização de informações  
131 para os órgãos que somente são conhecidas quando da vistoria. O **Sr. Elcio Silveira (CERH/SP)**  
132 completou informando não haver um banco de dados atualizado para se elaborar os relatórios,  
133 mas que estes não deveriam ser elaborados nos escritórios necessitando de visitas ao local,  
134 observando assim os conflitos de zonas onde já existem passivos ambientais desconhecidos.  
135 Disse também que a mudança na gerência dessas águas, no Estado de São Paulo, a partir da  
136 publicação da Portaria de integração entre os órgãos de saúde, meio ambiente e recursos  
137 hídricos, auxiliou na resolução de problemas, agora havendo a necessidade de realizar análise  
138 ambiental num raio de 500m, o que vem a orientar o usuário para as alternativas de seu  
139 empreendimento, além de proteger o órgão de recursos hídricos junto ao Ministério Público. O  
140 **Sr. Helder Naves Torres (MME)** pontuou que o DNPM estaria buscando aproximação com os  
141 órgãos de recursos hídricos para diminuir conflitos e ressaltou que na proposta de resolução o  
142 DNPM estaria encaminhando ao órgão gestor de recursos hídricos o pedido de pesquisa e a área  
143 de proteção e o órgão gestor iria responder ao DNPM indicando impedimento ou não e que as  
144 dificuldades técnicas deveriam ser superadas pela integração institucional, como exemplo citou a  
145 Resolução CONAMA nº 9/1990, caracterizando esta normatização como o primeiro passo para a  
146 integração. Informou que o DNPM pretendia apresentar as pesquisas *on line*. O **Sr. Adson**  
147 **Monteiro (CERH/PE)** ressaltou a necessidade de integração com o empreendedor, com os  
148 órgãos de governo e com a União. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** apresentou sua  
149 preocupação quanto a contratação dos técnicos especializados, no caso hidrogeólogos, o que  
150 facilitaria a certeza de seu empreendimento, evidenciando até os riscos, sendo esta a postura do  
151 consultor consciente inclusive de orientar para o empreendedor a necessidade de solicitar a  
152 licença de perfuração, seguida da outorga de direito de uso de recursos hídricos. O **Sr. João**  
153 **Carlos Simanke de Souza (OTEP)** lembrou que em São Paulo a ANVISA poderia lacrar poços,  
154 o que foi questionado pelo Sr. Adson, que informou que a ANVISA somente poderia lacrar  
155 depois de evidenciada a contaminação, mas o órgão ambiental poderia lacrar o poço  
156 imediatamente. O **Sr. Délio Melo (COPASA)**, disse haver várias questões polêmicas inclusive a

ausência de profissionais não ecléticos. Sugeriu que houvesse contrapartida antes da análise do órgão gestor, e quem sabe este deveria elaborar um zoneamento, mesmo ciente do vasto período de tempo para a elaboração do mesmo e que caberia ao minerador provar o contrário. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)** disse não haver condições de perfuração e sustentabilidade de poços se não for elaborado o balanço hídrico regional. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** concluindo a discussão desse item de pauta enfatizando a indeterminação da conclusão do parecer da AGU e que o mesmo ainda não fora oficialmente encaminhado ao CNRH, mas que a finalização do texto da resolução estaria em andamento, lembrando que essa discussão já duraria mais de 4 anos, mas sendo respeitado o papel da CT de debater e tentar alcançar o consenso. O **Sr. Helder Naves Torres (MME)** colocou sua surpresa quanto a Secretaria Executiva do CNRH não ter retransmitido esse documento às CTs envolvidas, sabendo que documento data de agosto de 2006. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** confirmou o não recebimento oficial do documento e demonstrou não ter conhecimento sobre a forma de encaminhamento que este seria enviando considerando também o envolvimento da CTIL no caso. Justificou ter havido o debate sobre este documento em setembro, quando de maneira não oficial, foi dado conhecimento aos membros da CTAS, mas por não ter sido oficial ele não foi discutido, devendo sê-lo quando oficialmente for recebido. O **Sr. Helder Naves Torres (MME)** solicitou que fosse encaminhado ofício da CTAS ao Secretário Executivo do CNRH solicitando informação quanto ao documento e justificativas pelo não encaminhamento às CTs. Informou que na CTIL esse assunto não foi comentado e sabendo que o presidente desta CT seria um dos diretores da SRH e que este tinha conhecimento da matéria. A **Sra. Raquel Scalia (SRH/MMA)** informou que o parecer da AGU já se encontrava na CONJUR/MMA, não tendo sido repassado para a SRH/Secretaria Executiva do CNRH, apesar de pedidos já realizados pelo diretor da casa. E ainda colocou que em nenhum documento que compõe o parecer da AGU o nome do CNRH foi citado, estando este endereçado à Ministra. O **Sr. Sanderson Leitão (MCT)** diante dos comentários, principalmente quanto a hidrogeologia, ponderou sobre a carência destes técnicos especializados, o que demonstraria a necessidade de fomentar a capacitação o que seria meta também do MCT. Assim sugeriu a elaboração de moção visando esse conteúdo e que envolvesse a CTAS, a CTCT e a CTEM e lembrou do CTHIDRO. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** apoiou a proposta, pois a discussão desses últimos 4 anos demonstrou o desconhecimento do ponto de vista hidrogeológico do que seria água. Disse que o técnico que analisa precisa ter conhecimento sobre essa base hidrogeológica, comportamento hidráulico e hidroquímico do aquífero, além do balanço hídrico que envolve água superficial. Comentaram sobre a existência da Moção CNRH nº 18/2003 que solicita que sejam adotadas medidas que possibilitem a implantação de cursos de pós-graduação em hidrogeologia, sendo dirigida ao MEC, CAPES e Reitores de Universidades. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)** sugeriu que a moção fosse encaminhada também a órgãos gestores. O **Sr. Elcio Silveira (CERH/SP)** lembrou da dificuldade de encaminhamento da moção para as universidades considerando a análise do MEC para a aprovação dos cursos de pós-graduação. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** esclareceu a forma de condução dos três dias de reunião, considerando as atividades do evento e o interesse de todos, ficando a reunião para um único período do dia, sendo no dia 09, à tarde e no dia 10 pela manhã e no dia 08 até às 12h, o que foi acordado por todos. Após os esclarecimentos sugeriu que nos próximos dias de reunião a minuta de moção fosse elaborada vislumbrando seu encaminhamento como matéria de urgência na próxima reunião do CNRH, dia 07/12/2006 e caso não fosse obtido o texto da moção, estando o assunto para 2007. O **Sr. Fernando Oliveira (ANA)**, informou que ANA ponderou sobre a necessidade de capacitação dos órgãos gestores a partir de cursos técnicos e irá levar ao CTHIDRO e como a ANA. O **Sr. Sanderson Leitão (MCT)** colocou que na moção poderia ser inserido também texto aplicado para o CTHIDRO indicando a importância da especialização/capacitação e disse que todas as propostas recebidas pelo CTHIDRO são observadas para os editais, falando isso como coordenador do CTHIDRO. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)**, lembrou da sobrecarga de trabalho dos técnicos que analisam esses projetos, não tendo tempo para se dedicar aos estudos

209 de especialização/reciclagem, então deveria se adequar o formato da pós-graduação. O **Sr.**  
210 **Mário Wrege (ABAS/RS)** disse que a solução seria os cursos de extensão, e para sua execução  
211 sendo necessária a disponibilização de recursos. O **Sr. Fernando Oliveira (ANA)** questionou a  
212 intenção do órgão de recursos hídricos considerando que este talvez não disponibilize tempo para  
213 esse técnico participar do curso. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** falou que isso seria  
214 fortalecimento institucional, sendo importante para a capacitação de seus recursos humanos  
215 melhorando as análises. O **Sr. João Clímaco (ONG)** comentou que o conhecimento seria  
216 inerente a todos que tem interesse. Lembrou da necessidade de se colocar no considerando da  
217 proposta de moção a carência da sociedade civil, de ter uma visão sistêmica, sendo que a  
218 sociedade civil teria direito a informação bem como ao conhecimento não sendo voltado  
219 especificamente aos estabelecimentos de ensino do país e fomenta atividades junto as ONGs e  
220 comitês. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** acatou a sugestão do Sr. João e  
221 vislumbrou a elaboração de moção específica sobre o tema para o CTHIDRO, sendo um dos  
222 papéis da ABAS disponibilizar, por meio de seus núcleos, cursos itinerantes que pudessem levar  
223 o conhecimento ao leigo, minimizando a falta de base que expõe a pessoa ao ridículo.  
224 Encaminhando o assunto solicitou, pela parte das ONGs, que fosse elaborada proposta de moção  
225 e enfatizou a necessidade da moção indicar a disponibilização de verbas. *Item 4 – Relato sobre o*  
226 *andamento dos trabalhos do GT da CTCQA do CONAMA.* **Sr. Fernando Oliveira (ANA)**,  
227 relator desse grupo, iniciou informando primeiramente, que em tese somente ocorreria mais uma  
228 única reunião do GT para conclusão de uma minuta de resolução, em dezembro, data em que se  
229 extinguiria esse GT, mas não estaria descartada a sua renovação. Falou que o texto da proposta  
230 de resolução possibilitava agregar interesses bastantes diversos considerando os vários setores  
231 representados com interesses antagônicos. Ressaltou o grande aporte que a academia e a  
232 Petrobrás tem propiciado à participação de muitos acadêmicos, enriquecendo as discussões.  
233 Disse que estariam discutindo o art. 10, que trata das diretrizes ambientais para proteção de  
234 poços havendo relação direta com a proposta de resolução em elaboração na CTAS. Chamou a  
235 atenção quanto ao cuidado com a sobreposição dos temas, respeitando as interfaces existentes  
236 neste assunto. Disse haver artigos em que o consenso não fora atingido. Comentou sobre as  
237 reuniões ocorridas fora de Brasília que pretendiam capturar amostras de cada região do país,  
238 quanto ao *status* em que se encontrava. A **Sra. Maria de Lourdes dos Santos (Indústria)**  
239 complementou ressaltando a sobreposição das propostas de resoluções dos dois Conselhos,  
240 considerando que o GT/CONAMA estaria finalizando a discussão e esta sendo iniciada na  
241 CT/CNRH, assim devendo ser observadas com cuidado para a compatibilização dos textos,  
242 lamentou então a ausência de sintonia de ações. Justificaram a falta de sintonia devido a  
243 situações que escapariam ao controle dos GTs, como o caso do atraso na nomeação dos novos  
244 representantes dos estados no CNRH, contudo lembraram que a maioria dos membros dos  
245 grupos são comuns e por essa característica não havendo descontinuidade. O **Sr. Fernando**  
246 **Oliveira (ANA)** comentou não haver disparidade entre as propostas de resoluções, mas que  
247 haveria divergências, uma sendo mais detalhada (CONAMA) e a outro como diretrizes gerais  
248 (CNRH). Concluído o relato o **Sr. João Clímaco (ONG)** comentou sobre os desafios a serem  
249 superados e assim propôs uma forma de trabalho, baseada no convite a atores locais, para tratar  
250 de assunto específicos da região, sendo assim observada a interpretação local dos fatos. Essa  
251 forma de trabalho disponibilizaria a informação para os integrantes da CTAS e auxiliaria no  
252 paralelismo dos fatos sendo pedagogicamente adequada. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza**  
253 **(OTEP)** esclareceu que esta já seria a metodologia de trabalho da CTAS. Assim comentaram  
254 sobre a viabilidade do uso de tecnologia que proporcionasse a maior participação, como a vídeo  
255 conferência. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** lembrou do uso dessa tecnologia,  
256 no caso da reunião do GT Reuso/CTCT que aconteceu simultaneamente em três capitais. A **Sra.**  
257 **Elene Zavoudakis (IEMA/ES)**, comentou que o seu órgão de origem estaria adotando essa  
258 metodologia em algumas reuniões e que isso fomentaria uma boa participação e  
259 consequentemente um bom debate. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** aceitou a  
260 sugestão, mas ponderou sobre a dificuldade por ser tecnologia de ponta, mas que seria válida



considerando os custos das diárias e passagens das instituições participantes, colocando a sua inteligência a serviço da sociedade, integrando e ampliando a chance de participação, contudo deveriam ser pontuados todos os obstáculos a serem superados para programar uma grande videoconferência da CTAS no próximo ano. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)** questionou sobre a viabilidade do uso dessa tecnologia diante da dificuldade em se elaborar uma proposta de resolução, lembrando que seria uma reunião de câmara técnica e não uma mesa redonda, onde os representantes legais teriam um trabalho a ser realizado, buscando resultados. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**, respondeu comentando sobre a metodologia utilizada na condução das reuniões da CT, sendo dado direito de voz a todos os participantes e o quanto essa metodologia promoveu o aprimoramento de deliberações importantíssimas para a gestão das águas subterrâneas, o que foi ratificado pelo Sr. Fernando. *Item 5 – Continuação das discussões sobre a proposta de Resolução de diretrizes para proteção e conservação das águas subterrâneas.* O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** solicitou que o texto, versão de 20/09, da proposta de resolução fosse projetada e lembrou a metodologia de condução para a discussão da matéria, cujas as anotações em vermelho seriam ratificadas na reunião posterior e a cor preta, indicaria matéria superada. Fez a leitura dos considerandos e justificou suas existências, além do art. 1º. Esclareceu que o art. 2º seria somente discutido ao final, devido a outras definições que seriam incorporadas até a conclusão da elaboração do texto. A discussão deveria iniciar com a ratificação do parágrafo único do art. 5º, contudo a partir da intervenção do Sr. João Clímaco, que disse que independente do esforço de utilização da metodologia e da dificuldade em gerenciar a democracia solicitou que fossem discutidos aspectos dos considerandos, pois os movimentos sociais do Brasil desejariam que a importância social estivesse explícita na dinâmica política, assim devendo estar citada nos considerandos. Justificou a solicitação utilizando como exemplo a Lei de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão que incorporou tal recomendação, sendo o fato uma evolução da Lei nº 9433/97. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)** ponderou sobre a necessidade de se diferenciar água de recursos hídricos, justificando assim sua oposição a sugestão do Sr. João Clímaco. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** questionou a redundância da sugestão do Sr. João Clímaco, considerando que na frase a expressão domínio público traria embutida essa idéia. A proposta do Sr. João Clímaco foi inserida no texto, mas com a ressalva que seria analisada posteriormente, ficando assim na cor vermelha, conforme metodologia. Aberta a exceção para a análise de todo o texto o **Sr. Helder Naves Torres (MME)** sugeriu a inserção dos órgãos gestores de recursos minerais no art. 4º, o que foi aceito, apresentado na cor vermelha. Após comentários iniciaram-se as discussões a partir do art. 5º, posição em que se avançou a análise na 50ª reunião. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)** questionou se o parágrafo único abarcaria as surgências naturais, caso negativo sugeriu a inserção dessa expressão. O **Sr. Fernando Oliveira (ANA)** sugeriu que fossem colocadas as definições de captações o que minimizaria a dúvida apontada pelo Sr. Adson. A **Sra. Maricene Paixão (CERH/MG)** ponderou não ser este o local adequado para colocação da expressão, a saber, que o parágrafo único referia-se a vazões captadas. A **Sra. Maria de Lourdes dos Santos (Indústria)** sugeriu colocar no parágrafo único a expressão “devidamente articulada”. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** lembrou que a resolução teria caráter nacional, não podendo assim interferir nas legislações já existentes, assim não devendo apresentar muitos detalhes. Lembrou a necessidade de se manter o caráter temporário para incentivar a recuperação das áreas. O **Sr. João Clímaco (ONG)** lembrou que o arcabouço legal institucional não estaria paralisando o processo de degradação e destruição dos recursos naturais, devido aos modelos de exploração aplicados, assim sustentando a necessidade do art. 5º revelar o caráter definitivo, sendo esse um mecanismo de frenagem para a degradação. Ainda sugeriu a inserção no texto da resolução o uso das audiências públicas. O **Sr. Lúcio Caetano (DNPM/RJ)** lembrou da dinâmica dos sistemas assim não sendo relevante evidenciar o caráter definitivo ou temporário. Após discussões, foram apresentadas três redações diferentes para o parágrafo único do art. 5º, além de sua supressão, que levaria a uma complementação do caput do art. 5º, o que foi acatado por todos, com exceção do Sr. João Clímaco, que justificou considerando a garantia

313 de direitos e a instrumentalização dos agentes públicos, sendo esta uma oportunidade de  
314 modernização do Estado. A **Sra. Maria de Lourdes dos Santos (Indústria)** esclareceu ser a  
315 natureza desse instrumento apresentar diretrizes gerais, onde fica subentendido que os estados  
316 estariam procurando os meios para atingir o objetivo colocado, sendo este o responsável em  
317 apresentar as formas de alcançar os objetivos. Às 13h a reunião foi suspensa, sendo reiniciada às  
318 14h do dia 09/11 com a continuidade da análise da proposta de resolução. O **Sr. Elcio Silveira**  
319 **(CERH/SP)** questionou a definição de área de controle e restrição e sua dependência com as  
320 ações colocadas no art. 5º. Comentou que no Estado de São Paulo, o CERH/SP seria o  
321 responsável pela definição de área de restrição, após observar o processo que seria composto por  
322 audiência pública, com a presença do comitê de bacia – Resolução CERH/SP nº 52.  
323 Complementou informando que a área de restrição seria de caráter temporário, sendo uma  
324 ferramenta para os demais usuários cobrarem as ações. Lembrou ainda o cuidado a ser observado  
325 com as restrições, pois elas poderiam atingir o abastecimento público, e por isso a instância de  
326 decisão deveria ser composta por todos os órgãos envolvidos, bem como o comitê de bacia,  
327 ouvida a sociedade a partir das audiências públicas. A **Sra. Maricene Paixão (CERH/MG)**  
328 insistiu na elaboração da definição de área de restrição e controle, por acreditar ser esse o  
329 bloqueio no avanço da análise, diante das dúvidas que estariam sendo apresentadas. O **Sr. Adson**  
330 **Monteiro (CERH/PE)** insistiu que a proposta de resolução deveria somente sinalizar caminhos  
331 e não detalha-los diante da autonomia que os órgãos estaduais possuem. O **Sr. João Clímaco**  
332 **(ONG)** comentou sobre o distanciamento existente entre o desejo da população e as formas  
333 colocadas nas peças legislativas. Apresentou a dificuldade na implementação do SINGREH,  
334 principalmente na região Nordeste e complementou dizendo que a preocupação maior deveria  
335 estar nos princípios a serem respeitados, sendo estes os fatores de modernização. O **Sr. Elcio**  
336 **Silveira (CERH/SP)** reiterou seu posicionamento quanto o caráter temporário da área de  
337 restrição a considerar a melhoria daquela condição ali instalada, cabendo ao órgão gestor essa  
338 gerência, até na busca de capital. Ao final das discussões foram apresentadas quatro proposição  
339 para o art. 5º, necessitando a matéria ser votada para o avanço das discussões, sendo  
340 contemplada a proposta 2, conforme texto do anexo 1. Cabe ressaltar a exclusão do caráter  
341 temporário, ficando esta característica para ser abordada na definição da área de restrição. Não  
342 alcançado o consenso quanto ao parágrafo único do art. 5º, apesar da votação ocorrida no dia  
343 08/11, retomou-se sua discussão, principalmente devido as modificações ocorridas na redação do  
344 art. 5º, nesse momento a **Sra. Maria de Lourdes dos Santos (Indústria)** lembrou da  
345 necessidade de decisão da definição das áreas deveria ser técnica e o **Sr. Adson Monteiro**  
346 **(CERH/PE)** lembrou do cuidado para que o texto não seja apresentado como obrigação para os  
347 Estados. A **Sra. Maricene Paixão (CERH/MG)**, diante dos comentários sugeriu que fossem  
348 colocados dois parágrafos e não mais um único parágrafo. Diante de solicitação, o **Sr. Elcio**  
349 **Silveira (CERH/SP)** relatou detalhadamente, a forma como uma área de restrição e controle  
350 seria definida no Estado de São Paulo, para exemplificar e assim verificar a necessidade de  
351 apresentar peculiaridades no parágrafo único. O **Sr. João Clímaco (ONG)** apresentou  
352 questionamento quanto a situação de águas residuais e se estas estariam contempladas nesta  
353 proposta de resolução. O que foi respondido que de alguma forma sim, mas para o caso referente  
354 a petróleo e gás haveria necessidade de uma deliberação específica e assim sendo acatada a  
355 demanda para análise posterior no âmbito desta CT, após pesquisa das Resoluções desse  
356 Conselho que envolvesse mineração. O **Sr. Osmar Gualdi (Comitês)** ponderou sobre a  
357 necessidade de se abranger o histórico de uso e ocupação de solo para a definição de área de  
358 restrição. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** solicitou que na próxima reunião o Sr.  
359 Elcio apresentasse incisos para o art. 5º que contemplassem a metodologia técnica para a  
360 definição de áreas de restrição, a partir da experiência do Estado de São Paulo. A **Sra. Sueli**  
361 **(UCSol – NPP)** justificou sua participação quanto a similaridade das discussões colocadas no  
362 CONAMA e no CNRH, quanto a criação e instituição das áreas de proteção, guardadas as  
363 devidas diferenças existente entre estas. Disse estar atualizada sobre o tema quanto essa situação  
364 em diversos países, sendo uma das estratégias de proteção, mais utilizada, o mapeamento da

365 vulnerabilidade, havendo em alguns países, critérios técnicos empíricos e até hipotéticos, ou  
366 mesmo considerando apenas a migração do contaminante e o seu tempo de vida. Lembrou que a  
367 restrição para abastecimento público seria máxima e poderia não atender critérios técnicos,  
368 revelando a grande complexidade da análise. Ratificou não existir nenhum critério universal,  
369 muito menos legal, para a delimitação o que dificultava a criação dessas áreas. Esclareceu a  
370 todos que o estudo mais importante que contribuiria para avaliar a resposta de medida de  
371 proteção ou não, seria o hidroquímico. Continuou seu esclarecimento, informando serem  
372 desnecessários, para a análise, todos os parâmetros da Portaria Funasa nº 518, podendo obter  
373 resultados com um ou dois parâmetros que norteariam a frequência, revelando a contaminação  
374 ser por frequência ou excesso a partir da retirada de água que não fora renovada no fluxo,  
375 apontando a ação antrópica. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** se mostrou contrário a  
376 permanência dos estudos hidroquímicos por considerar redundante estando estes contemplados  
377 nos estudos hidrogeológicos que abrangem também a hidráulica, a hidrodinâmica, a  
378 hidroquímica e suas relações com a água superficial. Foram apresentadas 5 proposições para o  
379 parágrafo único do art. 5º, sendo acatada a proposta supressiva. O **Sr. João Clímaco (ONG)**  
380 sugeriu, para o próximo ano, que fossem contempladas demandas específicas do seu segmento  
381 nessa CT, de diversas regiões do país. Comentou sobre o envolvimento com a UNEAP, uma  
382 entidade ambientalista do Paraná, que apresentaram demandas sociais, políticas e ambientais  
383 junto ao Governo do Estado, com relação a água subterrânea, podendo assim ser analisado por  
384 essa CT. Sugeriu que fosse adotado como princípio de trabalho, ou seja, fazer com que as CTs  
385 tomassem conhecimento de fatos, das questões pertinentes aos seus temas, vislumbrando uma  
386 dinâmica rica não limitada a análises a partir de uma lógica analítica. Após a justificativa de sua  
387 sugestão, comentou sobre a demanda recebida a partir de dossiê entregue pela UNEAP, que  
388 demonstrava as dificuldades e demandas sociais no que diz respeito ao aquífero Carst no Paraná,  
389 onde estariam sendo vivenciados vários fatos contrários a tudo que teria sido dito na CTAS.  
390 Assim após análise do assunto na CTAS esta poderia encaminhar providências junto ao Governo  
391 do Estado, através do Conselho ou da própria SRH/MMA. Contudo evidenciou a necessidade de  
392 ser respeitado o princípio da subsidiariedade, e solicitou que essa demanda fosse registrada como  
393 trabalho do representante da sociedade civil nas atividades dessa CT. O **Sr. João Carlos**  
394 **Simanke de Souza (OTEP)** encaminhou o assunto solicitando que o proponente elaborasse  
395 proposta de moção para alertar sobre o problema que estaria acontecendo, a partir dos  
396 documentos disponibilizados, tendo assim um caráter pró-ativa, evitando a progressão do  
397 problema. A reunião foi encerrada às 17h20. No dia 11/11 a reunião foi reiniciada às 9h22,  
398 passando diretamente para o **item 6 – Assuntos Gerais** onde se iniciou a apreciação da proposta  
399 de moção, cujo texto foi elaborado pela CPRM e que recomenda a adoção do Sistema de  
400 Informação de Águas Subterrâneas – SIAGAS pelos órgãos gestores e os usuários de  
401 informações hidrogeológicas. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** introduziu o  
402 assunto ressaltando os convênios já firmados pela CPRM com 16 estados para a adoção do  
403 SIAGAS o que uniformizaria as informações. Disse que a moção visaria apoiar a CPRM junto  
404 aos estados que demonstraram dúvidas quanto a utilização desse sistema. Lembrou aos membros  
405 da CT que caso o assunto fosse aprovado teria chance de ser apreciado pela Plenária do CNRH  
406 na última reunião de 2006, entrando em caráter de urgência. Após a leitura da proposta, o Sr.  
407 Simanke abriu para sugestões, apresentando sua proposta de que a moção também fosse dirigida  
408 as Secretarias de Governo Estaduais responsáveis pela gestão de recursos hídricos. Sugeriu,  
409 também, a inserção de um considerando que apresentasse a relação existente com a Moção nº. 39  
410 que recomenda a integração dos Sistemas de Informação: SINIMA, SIAGAS, SIGHIDRO,  
411 SNIS, SIPNRH e SNIRH. Comentou ainda que essa proposta de moção seria um reforço a  
412 proposta de moção elaborada pela CTPOAR (Moção nº 39). O **Sr. Frederico Peixinho (CPRM)**  
413 ratificou a adoção do sistema e não a integração como apresentado na proposta de moção da  
414 CTPOAR e que esta já reforçaria a existência do SIAGAS. Comentou que a proposta de moção  
415 fundamentaria a existência e a adoção de um sistema de referência nacional e que poderia ser  
416 utilizada como justificativa para os convênios com os estados, ampliando o número de estados



utilizando esse sistema. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** lembrou que esta moção estaria sendo colocada no momento certo, devido às mudanças políticas, sendo facilitador para esses convênios. A **Sra. Raquel Scalia (SRH/MMA)** informou sobre o convênio existente entre o MMA e a CPRM quanto à integração de seus sistemas. Não havendo mais comentários o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** submeteu a matéria a aprovação e solicitado seu encaminhamento para análise na CTIL e aprovação na Plenária do CNRH, neste caso em regime de urgência. O **Sr. Nédio Pinheiro (CERH/MT)** comentou esperar que essa proposta de moção também viesse auxiliar os estados que já possuem os convênios, visando a liberação, por parte da CPRM, a chave do programa para a inserção de dados dos estados, evitando assim que sejam repassados dados via mídia impressa. O **Sr. Frederico Peixinho (CPRM)** informou que o instrumento adotado para a adoção do SIAGAS seria um acordo de cooperação, promovendo um fluxo de dados, treinamento para formação de equipes e a retroalimentação do sistema, mas cabendo à CPRM realizar a consolidação dos dados. Esclareceu que seriam entregues dois aplicativos do sistema, um referente a entrada de dados, a ser entregue durante o treinamento e o outro aplicativo de análise, utilizando GIS, necessitaria de licença que também seria cedida, uma para cada órgão, contudo as demais poderiam ser adquiridas, considerando ser um software de mercado. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** ponderou sobre a disponibilização de dados de empresas privadas sem custos, que posteriormente estariam solicitando licenças, sendo essas com custo, apontando assim a incoerência que poderia dificultar a composição do banco de dados. Questionou a forma de exigir dessas empresas seus dados. O **Sr. Frederico Peixinho (CPRM)** informou que o sistema poderia ser acessado por todos os usuários, a partir de convênios com empresas privadas. Disse que o órgão gestor seria o aglutinador das informações do Estado, auxiliando na outorga. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)** lembrou da necessidade de paciência para o funcionamento e adoção do sistema a luz do processo de outorga ser relativamente recente no Brasil e do desfalque de técnicos especializados que vem ocorrendo nos órgãos estaduais. Diante do comentário o Sr. Peixinho apontou a mudança de paradigma que vislumbraria a integração dos dados, mas que o processo seria realmente lento e dependente da dimensão do desenvolvimento da gestão, passando pelo fortalecimento do órgão gestor. Comentou que a base de dados não poderia ser utilizada como poder coercitivo para o usuário final entregar os dados, pois estaria criando uma barreira. O **Sr. Elcio Silveira (CERH/SP)** disse que esse banco de dados deveria ter sido pensado a mais tempo e essa lacuna levou que cada instituição construísse seu próprio banco de dados de forma desassociada, principalmente a água subterrânea da água superficial. Finalizando enfatizou o caso dos empreendedores que desejam a ilegalidade para evitar a aplicação do instrumento cobrança. O **Sr. Helder Naves Torres (MME)** diante da discussão suscitada e das sugestões apresentadas para o SIAGAS sugeriu que o tema retornasse ao debate no próximo ano. Ainda questionou a forma de atrair os empreendedores privados para compor o banco de dados, não havendo penalidades para tanto, a saber do risco calculado da clandestinidade. Diante da sugestão o Sr. Simanke convidou o Sr. Peixinho para comparecer novamente a CTAS para responder as ponderações colocadas e complementou lembrando da intenção da Resolução CNRH nº 15 que foi determinativa para a disponibilização dos dados. Nesse momento foi retomada a discussão do **item 5**, referente a análise da proposta de resolução de diretrizes para proteção e conservação das águas subterrâneas, sendo então lembradas as propostas apresentadas quanto ao parágrafo único do art. 5º, inclusive a de sua supressão, que colocada em consulta foi aprovada. O **Sr. Elcio Silveira (CERH/SP)** justificou seu voto esclarecendo que a melhor forma para a explicação da definição da área de restrição seria por incisos e algumas complementações colocadas na sua definição. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)** sugeriu que as definições de preservação e conservação constassem do art. 2º. Essas definições causaram discussões, a luz das definições já utilizadas pelo CONAMA. Estando com a palavra solicitou que constasse em ata sua opinião quanto a parte do art. 6º estar ferindo art. 1º que somente citaria a conservação. Passou-se então para a análise do art. 6º, quando o **Sr. Elcio Silveira (CERH/SP)** comentou sobre os dois aspectos abordados nesta proposta de resolução, sendo primeiramente colocada a área de restrição e controle seguida da

469 área de proteção de aquífero, sendo assuntos distintos, mas que para um melhor entendimento  
470 poderiam ser melhor agrupados no contexto da proposta de resolução, respeitada a técnica  
471 legislativa. Todas as discussões concentraram-se quanto ao uso das palavras conservação e  
472 preservação, e por consequência o uso e ocupação do solo e a abrangência dos estudos,  
473 geológicos e hidrogeológicos. O **Sr. Helder Naves Torres (MME)** informou, que estudos ainda  
474 não concluídos, indicavam que 46% do país seriam áreas de preservação permanente e ressaltou  
475 o cuidado em não estar criando novo instrumento de gestão ou mesmo uma nova espécie de  
476 unidade de conservação. Solicitaram consulta quanto a diferenciação entre maiúsculo e  
477 minúsculo para a criação de um instrumento, no âmbito da técnica legislativa. Após discussões,  
478 foram apresentadas quatro propostas de redação, sendo a redação aprovada para o art. 6º a que  
479 apresentada no anexo 1. Retornou-se ao **item 6 – Assuntos gerais** – O **Sr. João Clímaco (ONG)**  
480 comentou sobre a importância do CNRH em se aproximar da realidade vivenciada pelos  
481 movimentos sociais, para tanto sugeriu que a CTAS fosse um instrumento de promoção da  
482 inclusão de outros atores no debate democrático. Para tanto aconteceriam debates sobre os  
483 problemas regionais para conhecimento dos membros da CT, além de exposição de sugestões  
484 para minimização de problemas vivenciados nos estados. Nesse sentido, apresentou os  
485 problemas referentes às águas subterrâneas ocorridos em Recife/PE e os conflitos existentes em  
486 Minas Gerais. Evidenciou o caso do Carst do Paraná, anteriormente citado, e solicitou o  
487 encaminhamento de diretrizes que viriam satisfazer os anseios da sociedade, para tanto o assunto  
488 deveria ser abordado em reuniões posteriores. Informou que essa demanda estaria baseada no  
489 dossiê elaborado pelos movimentos sociais do Paraná e que estaria sendo repassado a CTAS para  
490 conhecimento e discussão. O **Sr. Adson Monteiro (CERH/PE)** comentou que a CT, devido as  
491 suas características, não poderia estar elaborando deliberação específica para cada conflito, mas  
492 sugeriu que em uma próxima reunião, o movimento social, trouxesse um profissional para a  
493 exposição do problema, o que poderia fomentar a elaboração de moção dirigida aos órgãos  
494 gestores envolvidos. Concluiu evidenciando a troca de experiência existente nos debates da  
495 CTAS. O **Sr. Helder Naves Torres (MME)** ressaltou o cuidado que a CTAS deveria ter ao  
496 colocar um problema específico de um Estado em uma CT nacional, podendo estar assim ferindo  
497 o processo federativo do país, e que na sua opinião o assunto deveria ser exaustivamente  
498 discutido no âmbito estadual, assim respeitando o sistema de gestão de recursos hídricos e o  
499 princípio da subsidiariedade, contudo como o Carst estaria presente em vários locais do país, o  
500 assunto poderia ser pensado a nível nacional e explicitado o problema existente com a água nesta  
501 tipologia de rocha. O **Sr. Everton Souza (SUDERHSA)** colocou sua estranheza junto ao  
502 problema apontado pelo Sr. João Clímaco tendo em vista que o Estado do Paraná possui um  
503 CERH e uma câmara técnica de água subterrânea e que ainda não teve seu exercício ditado por  
504 falta de demanda, apesar de reconhecer que o Estado apresenta problemas. Disse acreditar que as  
505 entidades locais que fizeram essa representação junto ao FONASC possuem acento no CERH e  
506 deveriam colocar o assunto primeiramente na estrutura de gestão existente no Estado. Lembrou  
507 que as entidades citadas fomentaram a criação da câmara técnica de águas subterrânea do CERH,  
508 juntamente com a ABAS e que agora não estariam aproveitando esse espaço de discussão. Como  
509 representante do órgão gestor local, evidenciou a existência do problema e a atuação na busca de  
510 soluções conjuntas, principalmente pelo complexo processo de licenciamento ambiental.  
511 Comentou também da dificuldade dos técnicos na tomada de decisão quando da ausência de  
512 informações e acompanhamento efetivo das vazões, que para o Carst se mostrou  
513 importantíssimo. Apontou que não poderia ser desprezada a água desta região como alternativa  
514 de abastecimento da população metropolitana por conta de sua qualidade e do custo benefício.  
515 Informou que os critérios de exploração serão conectados aos resultados do monitoramento que  
516 estaria sendo realizado atualmente. Lembrou que a natureza do local já apresentaria restrições  
517 para a sua ocupação e estas estariam sendo impostas, congelando assim o uso e ocupação do  
518 solo. Concluiu ressaltando que o ambiente para a discussão seria o CERH/PR, contudo validou a  
519 proposta. Nesse momento o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** fez a leitura dos  
520 documentos entregues a mesa, composto por: ofícios, descritivo sobre o Carst, moção de repúdio

521 as ações da SANEPAR, moção de reivindicação e um resumo do encontro dessas entidades que  
522 têm como premissas a defesa dos aquíferos e todo o patrimônio hídrico do país, o combate a  
523 privatização da água e a isenção da taxa para os grandes consumidores, a exigência de políticas  
524 públicas de proteção de mananciais, fundos de vale e a gestão integrada de bacias hidrográficas  
525 bem como a atuação do Ministério Público dentro de sua nova estrutura de atuação nesse setor.  
526 Comentou sobre vulnerabilidade do Carst quanto a situação de esgoto a céu aberto e isso devido  
527 ao fenômeno de soliflucção. Ponderou que apesar do problema ser estadual não poderia ser  
528 ignorada a demanda de um membro e conselheiro do CNRH e por isso estaria sendo colocado  
529 como item de pauta para a próxima reunião. O **Sr. João Horácio (SANEPAR)** disse vivenciar  
530 os problemas existentes no Carst e que inegavelmente houveram problemas nesta região como  
531 secamento de fontes, o uso e ocupação de solo e rachaduras de casa, mas ao longo dos anos a  
532 SANEPAR por meio de uma associação com demais entidades como a Universidade do Paraná,  
533 organismos de recursos hídricos, órgãos gestores e consultorias externas aprimorou o  
534 conhecimento da exploração do aquífero. Evidenciou não ser uma exploração predatória, sendo a  
535 SANEPAR uma empresa responsável e que as cavernas citadas não seriam afetadas por não  
536 fazerem parte dos compartimentos explorados pela SANEPAR. Falou que a SANEPAR estaria  
537 elaborando documento complementar ao EIA-RIMA, a ser entregue ainda este ano, sendo este  
538 um novo momento de uso do aquífero do Carst e que a SANEPAR não seria a única usuária, não  
539 sendo somente problemas políticos e sim técnicos. O **Sr. Elcio Silveira (CERH/SP)** ressaltou a  
540 existência de processos naturais, como a adolina, que revelaria o rebaixamento de solo com ou  
541 sem poço, sempre sendo um problema de uso e ocupação do solo e que esse assunto iria de  
542 encontro com o objetivo da proposta de resolução em análise nessa CTAS, onde o gestor iria  
543 proporcionar as ferramentas suficientes para que os municípios utilizassem-nas em suas leis  
544 orgânicas, disciplinando e justificando o uso e a ocupação do solo. O **Sr. Zoltan (SRH/BA)**  
545 evidenciou a importância do diálogo e das discussões, o quanto isso modificaria visões e por  
546 ausência de definições limitantes, o ideal seria a preservação. O **Sr. Nédio Pinheiro**  
547 **(CERH/MT)**, relembrou a sugestão da proposta de moção apresentada no primeiro dia de  
548 reunião, que se referia a capacitação do corpo técnico, dirigida aos órgãos gestores estaduais e  
549 ratificou a carência de hidrogeólogos e a necessidade dessa deliberação. O **Sr. João Carlos**  
550 **Simanke de Souza (OTEP)** disse que solicitaria ao Sr. Sanderson a elaboração da proposta de  
551 moção por ele sugerido. Lembrou da dificuldade de elaboração deste tipo de moção, pois  
552 existiriam, nesse âmbito, ações específicas do MEC. O **Sr. João Clímaco (ONG)** reiterou sua  
553 intenção quanto a proposta de moção abarcar também os movimentos sociais e disse que estaria  
554 disponibilizando a proposta de texto para o conselheiro Sanderson. Quanto ao assunto do Carst  
555 do Paraná lembrou que além de técnicos os membros da CTAS seriam também cidadãos e  
556 agentes de uma política pública. Afirmou que o problema evidenciado no Paraná seria político o  
557 que estaria evidenciado nos documentos apresentados. Sugeriu que os atores do processo fossem  
558 ouvidos posteriormente e mesmoseendo uma peculiaridade, um exemplo local, este poderia  
559 ajudar para aplicação nacionalmente, não podendo a CTAS ficar ao largo dos acontecimentos  
560 estaduais. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** colocou que para entendimento do  
561 problema deveria ser verificado um diagnóstico do caso, assim o representante da SANEPAR e  
562 do órgão gestor do Paraná – SUDERHSA colocaram-se a disposição para a discussão do tema,  
563 além das representações do Paraná. O **Sr. Everton Souza (SUDERHSA)** ressaltou a vivência  
564 que estaria acontecendo na gestão de recursos hídricos com a participação necessária e exigida  
565 pela legislação e ressaltou as instancias existentes para o exercício do diálogo no local do  
566 conflito. O **Sr. Aderson Martins (DNPM/RJ)** apresentou o problema que envolveria a  
567 SERLA/RJ, a partir da publicação do Decreto. Informou que o sistema integrado não estaria  
568 funcionando corretamente, incluindo o CERH/RJ. Disse que a SERLA coloca-se como órgão  
569 gestor, contudo não considerando a existência do CERH, sendo este um órgão consultivo e por  
570 causa desse comportamento o CERH estaria esvaziado, caracterizado o fato pela falta de quorum  
571 das últimas 3 reuniões. Também comentou do procedimento adotado pela SERLA que vem  
572 proibindo a perfuração de poços nas cidades servidas por concessionárias de serviço público,

alegando a vigilância sanitária. Afirmou que a SERLA seria um órgão totalmente despreparo tecnicamente para essa função de gestor de recursos hídricos, afinal em seu quadro não haveria hidrogeólogos. Informou que se calcula que são perfurados 200 poços por mês e que a autorização seria fictícia, demorando em média 4 meses para sua efetivação e para outorga levaria anos, somente existindo 50 atos de outorga, sendo que 30 foram analisada pela CPRM. Concluiu dizendo que essa incapacidade estaria sendo contornada através de ações autoritárias que interfeririam até na Portaria FUNASA nº 518. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** colocou que a grande inconstitucionalidade do Decreto publicado envolvendo a SERLA estaria na fiscalização que aconteceria por meio das concessionárias de abastecimento, ou seja, um usuário podendo fiscalizar em causa própria. Ressaltou a importância da CTAS ter ciência do que estaria acontecendo nos estados e até sugeriu que numa próxima reunião viesse alguém para uma apresentação comentada sobre o Decreto. O **Sr. Aderson Martins (DNPM/RJ)** comentou acreditar que o encaminhamento para esse assunto seria a elaboração de moção de repúdio ao Decreto. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** comentou que os casos citados durante a reunião, deveriam vir para a CTAS como palestras, somente para conhecimento o que resgataria um pensamento ponderável e nunca para mediação de conflito, afinal os fatos deveriam ser discutidos nas instâncias estaduais. E ainda firmou a necessidade de capacitação devido ao número reduzido de hidrogeólogos, com conhecimento em gerenciamento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** então firmou que o assunto do Carst do Paraná estaria em discussão na CTAS, devido ao encaminhamento existente e seria seguido de resposta a arguição realizada. **Item 9 – Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza**, Presidente da CTAS, agradeceu a presença de todos, a participação sempre entusiasmada dos membros e o sucesso da reunião. Desejou boas festas a todos e a seus familiares e que o programa de trabalho fosse elaborado. Nada mais a ser discutido a 50ª reunião foi encerrada às 13h15, de onde se extraiu esta ata que após ser lida e aprovada pelos membros participantes da próxima reunião da CTAS será assinada pelo Presidente e pelo Relator da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas.

**ATA APROVADA NA 54ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2007.**

**JOÃO CARLOS SIMANKE DE SOUZA**  
Presidente da CTAS

**RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA**  
Relatora interina da CTAS